



CULTURA ALIMENTAR, TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS DO POVO INDÍGENA TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ, CEARÁ¹

Bruna Dayane Xavier de Araújo²

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de Pós Doutorado, que se encontra em andamento, tem como objetivo refletir sobre a cultura alimentar do povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú, situado no município de Itapipoca - CE. Entre os eixos principais da pesquisa está a realização de uma cartografia social, consideramos as vivências das mulheres indígenas como referência para a coprodução do produto cartográfico, traçando um mapa da cultura alimentar do território, dando ênfase a diversidade de áreas relacionadas à alimentação, como as voltadas à agricultura, à pesca, ao extrativismo e os alimentos que são preparados e socializados no cotidiano e nas festas. A construção metodológica vem seguindo as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, associado aos conceitos centrais da pesquisa, trabalhos de campo, com grupos focais com a presença de mulheres indígenas e da juventude Tremembé e oficina de mapeamento da cultura alimentar e a realização da cartografia social. A pesquisa está em curso, e as próximas etapas planejadas são a confecção do mapa e a sua validação pela comunidade, a entrega do mapa à comunidade e escrita do relatório final. Os resultados parciais evidenciam a variedade dos espaços relacionados à cultura alimentar, como os quintais produtivos e as áreas de pesca, e sua importância para o fortalecimento do modo de vida da comunidade. Ressaltamos ainda o protagonismo das mulheres e dos jovens indígenas tanto na preservação de seu território quanto na preservação de suas identidades, em que a cultura alimentar desempenha papel estratégico.

Palavras-chave: Território, Mulheres Indígenas, Cultura Alimentar.

RESUMEN

Este artículo, resultado de una investigación postdoctoral en curso, busca reflexionar sobre la cultura alimentaria del pueblo indígena Tremembé de Barra do Mundaú, ubicado en el municipio de Itapipoca, Ceará. Uno de los principales enfoques de la investigación es la creación de una cartografía social. Consideramos las experiencias de las mujeres indígenas como referencia para la coproducción del producto cartográfico, mapeando la cultura alimentaria del territorio, enfatizando la diversidad de áreas relacionadas con la alimentación, como la agricultura, la pesca, el extractivismo y los alimentos preparados y compartidos en la vida cotidiana y en las festividades. El desarrollo metodológico se ha llevado a cabo mediante las siguientes etapas: un levantamiento bibliográfico, asociado a los conceptos centrales de la investigación; trabajo de campo con grupos focales con mujeres indígenas y

¹ Esta pesquisa de Pós-Doutorado recebeu financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). É desenvolvida em parceria com o laboratório Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA) e com o Programa de Pós Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Agradecemos o apoio da FUNCAP para o desenvolvimento deste estudo.

² Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) - CE, bruna_dayane@uvanet.br; Pós doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob supervisão da professora Dra. Camila Dutra dos Santos.



jóvenes Tremembé; un taller sobre mapeo de la cultura alimentaria; y la creación de la cartografía social. La investigación está en curso, y los próximos pasos planificados son la creación del mapa y su validación por la comunidad; su entrega a la comunidad; y la redacción del informe final. Los resultados parciales destacan la diversidad de espacios relacionados con la cultura alimentaria, como los huertos familiares y las zonas de pesca, y su importancia para fortalecer el modo de vida de la comunidad. También destacamos el papel protagónico de las mujeres y jóvenes indígenas en la preservación de su territorio y sus identidades, donde la cultura alimentaria desempeña un papel estratégico.

Palabras clave: Territorio, Mujeres Indígenas, Cultura Alimentaria

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos um período de emergência climática e crises ecológicas. Diante desse cenário, os povos indígenas, bem como os demais povos do campo, das florestas e das águas, vêm apontando alternativas para minimizar os problemas socioambientais de escala local e global. Essas ações estão vinculadas à construção de uma relação sociedade-natureza pautada no cuidado com os bens comuns, na autodeterminação de seus territórios e no fortalecimento de suas culturas e ancestralidades.

Neste sentido, este artigo, fruto de uma pesquisa de Pós-Doutorado que está em andamento, visa refletir sobre as experiências de territorialidades, do uso comum da terra e defesa da biodiversidade desenvolvidas pelo povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú, localizado na zona costeira estado do Ceará, nordeste do Brasil.

Consideramos importante ressaltar que as mulheres estão à frente das lideranças neste território. A partir desse conjunto de ações citadas, temos como objetivo compreender o papel da cultura alimentar desenvolvida, sobretudo, pelas mulheres Tremembé, como ferramenta de afirmação de suas identidades étnico-raciais e vinculando produção de significados na contínua defesa de suas terras-territórios.

Os conceitos que atravessam esta pesquisa são: território, cultura alimentar, mulheres indígenas, cartografia social e ecologia política. É uma pesquisa social de cunho qualitativo, bibliográfico, etnográfico, com observação participante e entrevistas semiestruturadas, com trabalho de campo e realização de cartografia social dando ênfase na cultura alimentar como elemento pilar da identidade indígena.

Refletimos sobre a importância da oficina de cartografia social através da participação comunitária (sobretudo da juventude e das mulheres) que realizaram uma leitura do seu território através da representação espacial, tendo os mapas como suporte.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se configura de caráter social e qualitativo, está em curso, vem sendo construída em associação de leitura bibliográfica, levantamento documental e as vivências em campo, com uma imersão no território.

Ramires e Pessoa (2013) expõem que a pesquisa qualitativa se concebe a partir da relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, em uma interdependência viva entre os participantes. Colocam que “[...] os pesquisadores qualitativos estão mais preocupados com o processo, e não simplesmente com os resultados e grande destaque são dados à interpretação do significado das ações sociais” (p. 213).

Uma pesquisa social qualitativa se constrói com a associação da leitura bibliográfica e as vivências em campo. Este último, Minayo (2008) define como um recorte espacial que diz respeito à abrangência do recorte teórico correspondente que se é investigado.

Os trabalhos de campo foram divididos em três partes: participação das festas vinculadas à cultura alimentar, onde tem uma presença além dos indígenas, de visitantes e apoiadores; campo para visita aos quintais produtivos, escuta a história de vida das mulheres e grupo focal sobre alimentação, gênero e cotidiano na terra indígena e, por último, a oficina de cartografia social. As próximas etapas planejadas são a confecção do mapa e a sua validação pela comunidade e a entrega do resultado final.

A fotografia e o caderno de campo vem desempenhando um papel fundamental nessas etapas. Importante ressaltar que as entrevistadas assinaram um termo de autorização da realização da pesquisa e divulgação de suas imagens. Tanto as entrevistas como a fotografia são instrumentos importantes para desvelar os aspectos subjetivos da realidade, "as formas de organização social, contribuem para observar os detalhes, as narrativas, pontos que poderiam passar despercebidos, mas nos ajudam a aprender mais sobre as experiências investigadas” (ARAÚJO, 2022, pág. 48)

A cartografia social foi escolhida como ferramenta metodológica para refletirmos e sintetizarmos sobre a cultura alimentar do Território Indígena Tremembé da Barra do Mundaú. Esta pesquisa se torna oportuna, pois contribui na visibilização dos sujeitos indígenas, tendo como base uma perspectiva geo-histórica e antropológica da formação territorial Tremembé e sua luta pela terra. As próximas etapas serão a confecção do mapa, a validação e entrega à comunidade, relatório final e escrita coletiva de artigos.



REFERENCIAL TEÓRICO

Lélia Gonzalez (2020) caracterizou o Brasil como um país capitalista-periférico-dependente-neocolonial. A estrutura agrícola hegemônica, fomentada pelo Estado, é baseada na agroexportação, tornando secundário qualquer projeto de segurança e soberania alimentar para a população brasileira. Além disso, nos últimos anos, o modelo hegemônico de produção alimentar gera desmatamento, incêndios criminosos e perdas de solos saudáveis, aumentando sobremaneira a crise ambiental.

De modo divergente, os projetos agroalimentares contra-hegemônicos, desenvolvidos pela agricultura familiar camponesa, indígena e quilombola, buscam estratégias para garantir a própria reprodução social desses sujeitos, bem como disponibilizar alimentos de qualidade acessíveis à população. Essa agricultura surge à margem do sistema agrícola hegemônico, denominado de agronegócio.

As comunidades indígenas compreendem o alimento (desde as etapas de produção, consumo e a troca/partilha) a partir das dimensões ontológica e territorial, ou seja, o alimento, para essas comunidades, faz parte do seu entendimento sobre si mesmas (um ser individual e coletivo), sobre a sua concepção de mundo e a sua relação com o território e a natureza.

É na interação dinâmica entre corpo e território que é produzido o alimento, que, como discutimos anteriormente, é fonte de vida, no sentido fisiológico, mas também de construção de identidades, memórias e sociabilidades. O alimento é um fragmento do território, produzido em um determinado recorte espacial, necessitando do solo/terra para se desenvolver. Além disso, é uma síntese da relação sociedade-natureza, de relações históricas e da cultura local. Desse modo, assim como a vida, os territórios, para os povos originários e também quilombolas, são inegociáveis.

Alien (2017) explica que os povos tradicionais são verdadeiros ambientalistas, pois, por dependerem dos seus ambientes para sua subsistência, os defendem resolutamente. Os territórios tradicionais vêm se tornando enclaves de resistência à apropriação capitalista da natureza, e conseqüentemente à degradação dos bens naturais. Essas ações acabam retardando a degradação ambiental que temos hoje e, conseqüentemente, a crise ecológica mundial, tornando tais espaços verdadeiros “territórios de esperança” (Harvey, 2006).

O povo Tremembé, embora tenha sofrido extrema violência e expropriação de seus territórios, conseguiram, ao seu modo, resistir (VALLE, 1993; 1999; RATTS, 1999; LEITE,



2009). Nas últimas décadas, vêm reivindicando seus direitos como sujeitos coletivos diferenciados, cujas relações com seus territórios produzem saberes e práticas específicos (GONDIM, 2009; 2016; PINTO ET AL., 2018; 2019; FERNANDES, 2015; 2020; LIMA, 2015; 2020).

De acordo com o pesquisador Alex Ratts (2009), nos livros de história do Ceará, o discurso que predominava, sobretudo até 1980, era de que não havia mais “índios” e negros no estado do Ceará. A justificativa era que após as guerras de extermínio, a miscigenação e os aldeamentos católicos esses grupos étnicos foram “diluídos” no restante da sociedade.

Além disso, houveram decretos estabelecidos afirmando que os negros e os indígenas foram “extintos” na província do Ceará, por exemplo, o decreto assinado em 1863 por José Bento da Cunha Júnior (presidente da província naquela época) que expressava: “Já não existem aqui índios aldeados ou bravos ainda hoje se encontra maior número de descendentes das antigas raças mas acham-se misturados na massa geral da população” (RATTS, 2009, p.16).

Esse apagamento dos indígenas, que nos revela um racismo institucional histórico, ocorreu em plena vigência da Lei de Terras (1850) que definia o acesso à terra no Brasil através unicamente da compra, o que afastava o segmento pobre da sociedade, principalmente, negros e indígenas. Ratts (2009) ainda nos alerta que existiram e existem poucos estudos focados em compreender os processos sociais que ocorreram de 1884 até 1980, quando começaram a surgir os primeiros movimentos negros no Ceará e também um processo de retomada e afirmação indígena, reivindicando as suas demarcações de terra-território e o fortalecimento do seu modo de vida.

Haesbaert (2004, p. 95) expõe que território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “[...] desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

Para Saquet (2019), “as territorialidades são o elemento constituinte do território, são múltiplas e envolvem os atores públicos, privados, comunicativos, a identidade, as heranças históricas, poderes e conflitos” (Saquet, 2019, p. 34). Ou seja, as territorialidades são as relações que acontecem entre diferentes indivíduos, em diferentes lugares, entre grupos e classes sociais (SAQUET, 2019). Porto-Gonçalves (2006, p. 42) considera que “há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais imbricados dentro da territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades”.



Moreira (2011) expõe três movimentos que ocorreram na sociedade capitalista que gerou a dicotomia entre os seres humanos e a natureza. O primeiro foi a desnaturalização, a separação da sociedade e a natureza. O esvaziamento de suas propriedades ontológicas mais profundas. O segundo foi a desterração, no qual ele está se referindo ao movimento histórico de expulsão do campesinato da sua relação orgânica com a terra. O terceiro é a desterritorialização que seria o nível ainda mais profundo de alienação corpórea trazido pela desnaturalização e o desenraizamento trazido pela desterração, tornando o ser humano um imigrante permanente.

O etnocídio e genocídio indígena que se estabeleceu no território brasileiro e, em especial, no território cearense demarca a emergência de visibilizar e fortalecer o enraizamento dos diversos povos indígenas tradicionais no estado. De um território originariamente ocupado por uma diversidade de populações indígenas na ocupação pré-colonial, no século XXI são registradas oficialmente cerca de 16 etnias remanescentes no estado: Tapeba, Pitaguary, Jenipapo Kanindé, Tremembé, Gavião, Kalabaça, Potyguara, Tabajara, Tapuya Kariri, Tupiba Tapuya, Tupinambá, Kariri, Paiaçú e Jaguaribara/Karão (ADELCO, 2019; 2024).

Assim, parece importante visibilizar o modo como esses sujeitos, nos seus territórios, fortalecem seus modos de vida e território. Dentre os povos indígenas registrados no estado do Ceará, destacamos os povos Tremembé - população que no estado se estabelece desde o litoral do município de Itapipoca (Tremembés da Barra do Mundaú) até territórios da planície litorânea e tabuleiros pré-litorâneos dos municípios de Itarema e Acaraú, litoral oeste do estado (Tremembés de Almofala). As trajetórias de luta que atravessam séculos de resistência têm na relação com o alimento e com a terra uma territorialidade fundamental.

Ao nosso ver, essas questões fomentam os debates sobre o direito ao acesso e uso dos bens comuns e à luta pela terra, fortalecendo simultaneamente seus modos de vida e resistência em seus territórios. A produção ou coleta/extração de diversos alimentos (por exemplo, o pequi, a mandioca, o murici, os mariscos) contribuem no processo de atualização das territorialidades. Esses são multidimensionais: ao mesmo tempo que materiais, pois dando condições de existência e de trabalho, são também, espirituais, afetivo-culturais e políticos.

De acordo com Araújo (2022), o alimento não é só para atender uma necessidade imediata e fisiológica, mas também para se humanizar e se compreender como parte de um todo, de uma trama complexa de biodiversidade.

As comunidades indígenas compreendem o alimento (desde as etapas de produção, consumo e a troca/partilha) a partir das dimensões ontológica e territorial, ou seja, o alimento,



para essas comunidades, faz parte do seu entendimento sobre si mesmas (um ser individual e coletivo), sobre a sua concepção de mundo e a sua relação com o território e a natureza.

Os povos originários buscam construir uma relação com os alimentos vinculados com a manutenção dos seus territórios e a biodiversidade local, não em detrimento dos mesmos. “Ao tratar o território como continuidade do próprio corpo e do povo, a perspectiva indígena convida para uma atuação cosmopolítica, uma vez que aponta para a superação da dicotomia entre natureza e sociedade” (CHAVES, 2021, p.52).

Haesbaert (2004, p. 95) expõe que território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

O Povo Tremembé está espacializado em quatro Terras Indígenas, nos municípios cearenses de Acaraú, Itarema e Itapipoca no estado do Ceará. Essas terras são nomeadas como Córrego João Pereira, Almofala, Queimadas e Barra do Mundaú.

Os estudos de identificação e delimitação da T.I Tremembé da Barra do Mundaú, foram iniciados no ano de 2009 e aprovados pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), em 2012, A Portaria Declaratória 1.318, assinada em 07/08/2015, reconheceu o território do povo Tremembé da Barra, divide-se em 04 aldeias: Buriti de Baixo, Buriti do Meio, Munguba e São José e situa-se a aproximadamente 140 km a noroeste da capital cearense, Fortaleza. Atualmente, estas aldeias contam com aproximadamente 150 famílias de acordo com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú-CE.

A terra indígena está localizada à margem esquerda do estuário do rio Mundaú, entre a sua barra, a localidade da Praia da Baleia e a Vila dos Pracianos, cuja região é conhecida como a “terra dos três climas” por ter, em seu território, serra, sertão e litoral.

O território do povo Tremembé da Barra do Mundaú, localizado no município de Itapipoca, zona costeira do estado do Ceará, nordeste do Brasil, foi homologado em 2023. Resta apenas uma última etapa para o processo de finalização da demarcação de suas terras, que é o processo de desintrusão, a retirada dos não indígenas do território, etapa esta que também é bastante delicada.

Em 2000, a comunidade teve que se unir fortemente contra um projeto que tinha apoio do governo do estado na época de construir um grande *resort* dentro do território indígena. Com muita luta, denúncias e enfrentamentos diretos, os Tremembé da Barra conseguiram derrotar este megaempreendimento turístico que tinha financiamento



internacional. De lá pra cá, a comunidade vem se organizando mais intensamente, realizou vários processos de retomada do território, e vem buscando fortalecer sua identidade étnica-racial sobretudo com a valorização das festas, rituais, alimentação e educação indígena, eles vêm reivindicando seus direitos como sujeitos coletivos diferenciados, cujas relações com seus territórios produzem saberes e práticas específicas.

Contudo, o povo Tremembé vem comemorando as conquistas que conseguiram nos últimos anos, por exemplo: mais recentemente a homologação do território, o fortalecimento da organização interna, tendo duas mulheres como liderança, a Adriana e Erbene Tremembé, a aprovação de seis professoras indígenas no primeiro concurso do estado do Ceará voltado para educação neste segmento, a expansão da unidade básica de saúde indígena dentro do território, a parceria com diversas Organizações da Sociedade Civil para projetos fortalecimento de agroecologia e também a visibilidade se expandido das festas que a comunidade promove, como a Festa da Farinhada, Festa do Murici e Batiputá, Festa da Iemanjá e Festa do Alimento ancestral, tendo os visitantes o público geral que saem de lá como multiplicadores da luta indígena e ambiental.

A história dos Tremembé da Barra do Mundaú é repleta de muita luta, resistência, sofrimento e violência na tentativa colonial de exterminá-los. A partir dos anos 80 do século XX, a luta latente da identidade indígena vai ficando mais forte. Os Tremembé passaram a reivindicar, ao Estado, o reconhecimento oficial de sua identidade étnica e, consequentemente, seus territórios, processo ainda em desdobramento. No ano de 2023, eles conseguiram a homologação da sua terra, uma grande vitória para comunidade³, porém ainda ocorrerão outros processos, como a desintrusão de pessoas do território que não se reconhecem indígenas. Esse é um processo que será delicado, mas que irá atenuar os conflitos internos existentes.

Os conhecimentos, rituais, modo de vida, diversos modos de cultivar, de cuidar da terra e obter alimento para o corpo físico e espiritual, são repassados pelos “troncos velhos” (assim como são chamados os anciões da aldeia) para a geração mais nova.

De acordo com a cartilha Inventário da Cultura Alimentar do Território Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, produzido pela Associação *Slow Food do Brasil* junto com os próprios indígenas, no ano de 2022, as principais frutas nativas que fazem parte do povo Tremembé são o coco, murici, manga, banana, siriguella, batiputá e etc. Inclusive, uma das

³ Ver notícia:

<https://www.idace.ce.gov.br/2023/05/02/estudo-tecnico-da-funai-e-do-idace-embasa-homologacao-da-terra-indigena-tremembe-no-ceara/>



principais festas tradicionais do território indígena Tremembé da Barra do Mundaú é a Festa da colheita do Murici e do Batiputá, que acontece anualmente em janeiro. Outras atividades importantes vinculadas à cultura alimentar são o cultivo da mandioca e a Festa da Farinhada. O uso das lagoas sazonais, do mangue, das dunas e do Rio Mundaú fazem parte do cotidiano dos indígenas. No rio é onde eles pescam uma variedade de peixes como: cará-preto, cará, tilápia, jandiá, tucunaré e piabuçu.

Ainda de acordo com o inventário mencionado, a medicina tradicional Tremembé da Barra do Mundaú ocorre através do uso de plantas medicinais: as garrafadas, lambedores, óleos, banhos de limpeza e cura, chás e, o óleo de batiputá, este também usado na culinária. Em relação às danças e músicas, o Torém é ritual sagrado nesse território indígena, tratando-se de uma manifestação cultural que os caracteriza e se relaciona à celebração das colheitas e agradecimento aos encantados da natureza.

Nas últimas duas décadas, o povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú vem sofrendo com outros processos de tentativa de expropriação de seus territórios, sobretudo, vinculados à especulação imobiliária e ao turismo predatório, a luta em defesa do território é constante. Outros problemas socioambientais vinculados à Terra Indígena Tremembé Barra do Mundaú são o desmatamento da vegetação próxima ao território e a poluição das nascentes ocasionados, principalmente, por grileiros e sujeitos externos. É notória a preservação da vegetação e das águas dentro do território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No trabalho de campo realizado em abril de 2025, realizamos grupos focais com as mulheres indígenas, tendo como temas: gênero, cuidados coletivos, alimentação e a luta pela terra. Foi um momento reflexivo fazendo elo entre o passado e o presente, o território e a memória coletiva. A seguir, na figura 01, trazemos um dos registros desse momento.

Figura 01- Vivência sobre alimentação, gênero e território
com as mulheres indígenas Tremembés



Fonte: Araújo, 2025.

Acseirad (2013) explica que há uma legitimidade conferida ao processo de informação cartográfica e sua divulgação entre os diferentes atores sociais. Desse modo, a cartografia social tem todas as suas etapas construídas junto com os sujeitos sociais dos territórios, tornando-os co-pesquisadores de todo processo cartográfico-científico-criativo.

O campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política. Este é um processo fundamental para a constituição desses grupos não só como sujeitos “cartografantes”, mas também como sujeitos políticos, desde que lhes seja garantida a autonomia da produção da informação espacial e da decisão sobre seus mundo. (Acseirad, 2013, p. 17)

A partir dessas reflexões, a cartografia social em agosto de 2025, teve como objetivo desenvolver a oficina de cartografia social da cultura alimentar, no intuito de evidenciar a diversidade dos elementos culturais locais e como eles são importantes para o fortalecimento da identidade e do modo de vida dos Tremembé da Barra do Mundaú.

Nessa vivência, tivemos as indígenas como co-pesquisadoras na produção da cartografia social, percebemos que esse momento contribuiu para uma maior leitura e apropriação do entendimento do seu território, uma das etapas, foi elencar os alimentos e comidas presentes que constroem a identidade do povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú.

Figura 02 - Momento da oficina de cartografia Social com as mulheres indígenas Tremembé



Fonte: Araújo, 2025.

O processo de oficina da cartografia social foi realizado com uma equipe de pesquisadores composto por duas Universidades Estaduais do Ceará. Tendo a participação da supervisora de pós-doutorado desta pesquisa e seus bolsistas da UECE e da professora que realiza o pós doc, suas bolsistas de extensão e o apoio de mais três professores da UVA. Uma equipe grande e comprometida com uma pesquisa engajada socialmente. Posteriormente, iremos realizar artigos sobre essa experiência coletiva.

Na oficina da cartografia social, mapeamos as festas vinculadas à cultura alimentar nas terras indígenas Tremembé, os locais vinculados à agricultura, cultivo e uso de plantas medicinais, extrativismo, pesca, bem como onde os alimentos são preparados e socializados. Refletir sobre os alimentos e a comida é realizar um percurso pela memória da infância dos mais jovens aos idosos, construindo um elo entre o passado e o presente.

Foram usados como recursos as imagens de satélite do território, impressas em formato A0, assim como do *Google Earth* na realização da cartografia social. Esta é uma ramificação da cartografia na qual os saberes tradicionais, os modos de vida e as resistências são representados através dos mapas, demonstrando a perspectiva das/os próprias/os moradoras/es (GORAYEB et al., 2015).

As cartografias na perspectiva que estamos apresentando consideram as mulheres no centro do mapa: as suas pautas, suas demandas e seus olhares são respeitados e vistos com



protagonismo que lhe é próprio. O corpo-território das mulheres é visibilizado nas cartografias feministas, pois são elas que decidem o que vão mapear, porquê, para quê e como isso será feito. Este tipo de mapa preza por perspectivas decoloniais, uma vez que a colonização constitui uma ferramenta específica no modo de explorar mão de obra e subordinar territórios (GAGO, 2020, p. 105). Para tanto, utilizamos da noção de “corpo-território” como forma de desliberalizar o corpo individual e especificar uma continuidade política, produtiva e epistêmica (GAGO, 2020, p. 107).

A cartografia social é uma ramificação da cartografia na qual os saberes tradicionais, os modos de vida e as resistências são representados através dos mapas, demonstrando a perspectiva das/os próprias/os moradoras/es (GORAYEB et al., 2015).

As cartografias na perspectiva que estamos apresentando consideram as mulheres no centro do mapa: as suas pautas, suas demandas e seus olhares são respeitados e vistos com protagonismo que lhe é próprio. A intenção é que os mapas, feitos de modo coletivo e dentro de uma cartografia feminista e racializada, contribua para enaltecer a história, os saberes e as lutas das mulheres indígenas.

A produção cartográfica está sendo realizada em parceria com laboratórios de duas universidades estaduais (LAMUCA-UVA e NATERRA-UECE). O projeto está em curso, e as próximas etapas planejadas são a confecção do mapa e a sua validação pela comunidade e a entrega do mapa, a produção do relatório final do Pós Doc e a produção de artigos.

Os resultados parciais, com as leituras, as idas à campo e a oficina de cartografia social, refletimos que se faz necessário trazer as questões indígenas para dentro das discussões onto-epistemológicas da ciência geográfica, principalmente na área de Geografia Humana e na subárea de Geografia Agrária. Tivemos o intuito de contribuir nas produções científicas que dialoguem com o fortalecimento dos territórios tradicionais, vinculados à preservação da biodiversidade e desenvolvimento social do espaço agrário cearense e brasileiro.

Compreendemos que há um intenso processo vinculados aos indígenas de resistência e de lutas em defesa de suas terras devido às correlações de forças perante uma lógica hegemônica do capital que vem causando vários conflitos e problemas ambientais em seus territórios. Nesse contexto, como um dos modos de articulação, os projetos agroalimentares contra-hegemônicos, desenvolvidos pelas/ pelos indígenas buscam estratégias para garantir a própria reprodução social, bem como disponibilizar alimentos de qualidade e vinculados à preservação da natureza.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletimos que os indígenas são sujeitos sociopolíticos que também compõem o espaço agrário e, historicamente, sofreram processos de invisibilização no estado do Ceará. Esse grupo social, por exemplo da etnia Tremembé da Barra do Mundaú, no estado do Ceará, vem pautando temas importantes vinculados às questões ecológicas e de desenvolvimento social.

Neste território, observamos o protagonismo e a liderança feminina tanto em defesa de seus territórios, bem como na manutenção de suas identidades, sobretudo, a partir da cultura alimentar. Assim, almejamos desvelar o modo de vida e as territorialidades existentes nessas comunidades, sobretudo, dando ênfase nas experiências de cultura alimentar e as relações étnico-raciais.

Esta pesquisa, traz reflexões para contribuir para a análise do espaço agrário contemporâneo do estado do Ceará, evidenciando os sujeitos sociopolíticos que constroem as geografias no seu cotidiano, desenvolvendo as suas territorialidades, os cuidados com os bens comuns e que apontam para um projeto de sociedade distinto do modelo de produção e de vida hegemônico.

A escolha metodológica da cartografia social foi no propósito que a construção dos mapas, feitos de modo coletivo e dentro de uma cartografia feminista e racializada, possa contribuir para enaltecer a história, os saberes e as lutas das mulheres indígenas e servir também como ferramenta de luta em defesa do seu território.

Os resultados parciais evidenciam a variedade dos espaços relacionados à cultura alimentar, como os quintais produtivos e as áreas de pesca, e sua importância para o fortalecimento do modo de vida da comunidade. Ressaltamos ainda o protagonismo das mulheres e dos jovens indígenas tanto na proteção de seu território quanto na preservação de suas identidades, em que a cultura alimentar desempenha papel estratégicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. (Org). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de M. Waldman. São Paulo: Contexto, 2017.



ARAÚJO, Bruna D. X. de. **A Agroecologia Tem Rosto de Mulher: As Experiências das Mulheres Camponesas do Município do Crato - Ceará e suas Estratégias para Enfrentar a Fome.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2022. 227 f

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL CO-PRODUZIDO – ADELCO. **Situação dos Povos Indígenas no Ceará.** 2019. Disponível em: https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Livro_Diagn%C3%B3stico.pdf. Acesso em: 13 dez. 2024.

CHAVES, Kena A. **Corpo-Território, Reprodução Social e Cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil.** Revista Geocrítica, v. 25, N. 4, 2021.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario.** Las Segovias: ACSUR, 2010.

FERNANDES, Janaína Ferreira. **Paisagens do Nordeste: Almofala dos Tremembé e os Tremembé de Almofala.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: UnB, 2015.

FERNANDES, Janaína Ferreira. **Liberdade, terra e união na Almofala dos Tremembé: um díptico etnográfico-ficcional.** Tese de Doutorado em Antropologia. Brasília: UnB, 2020.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo.** Trad. de Peres, Igor. São Paulo: Elefante, 2020.

GONDIM, Juliana. **Seguindo trilhas encantadas: humanos, encantados e as formas de habitar a Almofala dos Tremembé.** Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: FFLCH-USP, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.2 020.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah; SILVA, Edson V. da. Princípios básicos de cartografia e construção de mapas sociais: metodologias aplicadas ao mapeamento participativo. In: **Cartografia social e cidadania.** Fortaleza. Expressão Gráfica e Editora, 2015, p. 9-24.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro multiterritorial/ descolonial na América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HERNÁNDEZ, D. **Revistando la cartografía cuerpo-territorio desde la autoetnografía feminista.** Revista de Ciências Sociais, n. 59, p. 64-82, 2023.

LEITE, Maria Amélia. Resistências Tremembé no Ceará: depoimentos e vivências. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará.** Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, p. 401-420.

LIMA, Ronaldo de Queiroz. **Os Tremembé do Centro de Cura, em Queimadas: a formação de um grupo social.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza: UFC, 2015.



LIMA, Ronaldo de Queiroz. **Xamanismo Tremembé, abertura de lugares e formação de pessoas indígenas.** Revista Wamon, v. 5, n. 2, p. 235-257, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PINTO, André Luís Aires et al. **O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú, Ceará.** Interações, v. 19, n. 1, p. 15-28, 2018.

PINTO, André Luís Aires et al. **Conhecimento etnobotânico dos Tremembé da Barra do Mundaú sobre as frutas da sociobiodiversidade.** Interações, v. 20, n. 1, p. 327-339, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMIRES, J.C.L; PESSÔA, V.L.S. Pesquisa qualitativas: referências para a pesquisa em Geografia. In: MARAFON, G. J; RIBEIRO, M. A. et.al. **Pesquisa qualitativa em Geografia: Reflexões teórico conceituais e aplicadas.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RATTS, Alex. **Almofala dos Tremembé: a configuração de um território indígena.** Cadernos de Campo, v. 9, n. 8, p. 61-82, 1999.

RATTS, Alex. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas.** Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT: 2009.

VALLE, Carlos Guilherme. **Terra, tradição e etnicidade: os Tremembé do Ceará.** Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993.

VALLE, Carlos Guilherme do. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta : etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro : Contracapa, 1999, p. 279-338.